

A Cimeira da Língua e onde está o fim dos vistos?

Este será o período da defesa, promoção e expansão da Língua Portuguesa, segundo o presidente em exercício, o primeiro-ministro português José Sócrates, na passagem de testemunho da Guiné-Bissau para Portugal adiantando que já disponibilizou um fundo de vários milhões de euros para o Instituto Camões, em vez de...

Mas não é a CPLP a organização criada por excelência, há 12 anos, para a defesa e promoção da Língua Portuguesa? E não é, também, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa o organismo mais habilitado, ou pelo menos deveria de o ser, para isso?

Porquê agora aparece o senhor Sócrates, primeiro-ministro de Portugal, a vir a terreiro dizer que a prioridade do seu Governo é defender, promover e expandir a Língua Portuguesa quando o que se constata é, precisamente, um recuo da Língua Portuguesa — que não a Lusofonia, estranhamente — numa parte significativa de alguns dos países membros da CPLP em detrimento de uma qualquer língua nacional ou do crioulo?

Também, senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, os nacionais dos países-membros da CPLP não querem, nem se preocupam com a livre circulação dentro dos países da CPLP, até porque para aqueles onde a "irmandade" já existe, subsiste essa livre circulação.

O que os nacionais da CPLP querem é o fim de visto para entrar, nomeadamente, em Portugal, mais que "corredores de acesso" nos aeroportos; mas sabem que Portugal continua a manter um receio substancial do que a União Europeia (UE) possa dizer. Portugal continua a ser o "bom aluno" da UE no que toca às medidas que possam colocar "livre circulação" entre antigos países colonizadores e ex-colónias excepto, se esse Estado-membro se chamar Reino Unido ou França.

Mas quando a UE criou aquela coisa abjecta contra a imigração que o ministro francês da imigração, Brice Hortefeux, diz não ser "um pacto contra África" mas "com África", mostrando que não sabe o que é África, salvo aquilo que lê no Afrique-Asie ou no Le Point, e complementa a sua ignorância ao reafirmar que o pacto "é equilibrado, coerente e justo"; então tudo está dito.

Porque a UE em vez de procurar evitar que populações indefesas e carentes sejam utilizadas como instrumentos económicos para encher os bolsos dos balseiros e angariadores — a grande maioria não serão, certamente, africanos — tenta evitar que os africanos sejam impedidos de entrar ilegal e irregularmente na Fortaleza Europeia.

Mas como a UE manda e Portugal obedece, vamos continuar a ver angolanos, bissau-guineenses, moçambicanos e santomenses a ficarem nos corredores por períodos intensos ou "ouvirem uma sacro-pergunta estúpida e desnecessária por parte de alguns membros do SEF "porque não se naturaliza?"…

Felizmente que brasileiros e cabo-verdianos já têm algumas prerrogativas na entrada em Portugal. Mas até quando?

25/Julho/2008

elcalmeida@gmail.com <http://elcalmeida.net>